



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA
RUA JOÃO DIOGO, 288 - Bairro CAMPINA - CEP 66015902 - Belém - PA

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

1.1. Descrição da demanda

Serviço de transporte para apoio logístico durante as Eleições Gerais de 2026.

1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

A prestação de serviços de transporte, com fornecimento de mão de obra (condução de veículos), tem por finalidade apoiar o planejamento, a organização e a execução dos trabalhos relativos ao Pleito Eleitoral de 2026. Além disso, a contratação visa atender às demandas das Secretarias deste Regional, das Zonas Eleitorais sediadas na **Área Metropolitana de Belém** e do **município de Castanhal**, garantindo a mobilidade necessária para as operações do Tribunal.

1.3 Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver.

a) A contratação atual tem sido realizada continuamente nos anos eleitorais, mostrando-se fundamental no êxito do Pleito Eleitoral.

b) As últimas contratações transcorreram de forma exitosa, conforme processos abaixo, razão pela qual mantivemos a mesma metodologia de contratação:

- 2024 (0010051-30.2023.6.14.8000) - CT. 73/2024 (0002354203) e 0010086-87.2023.6.14.8000 - CT. 115/2024 (0002427133)
- 2022 (0009787-47.2022.6.14.8000 - CT. 145/2022 (1648217) e 0010353-93.2022.6.14.8000 - CT. 155/2022 (1663585);
- 2020 (0000519-37.2020.6.14.8000 - ARP. 103/2020 (1110405); e
- 2018 (0008136-19.2018.6.14.8000 - CT. 55/2018 (0590969).

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

2.1. Natureza do objeto

a) O objeto da contratação é considerado comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado.

b) Trata-se de uma demanda momentânea, por prazo determinado, mas imprescindível para a consecução das demais atividades diretamente ligadas ao **Pleito 2026**.

c) Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507/2018 e IN SEGES/MP nº 05/2017, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.2. Necessidade continuada ou não do serviço

☐ SIM ☒ NÃO

2.2.1. Vigência plurianual

☐ SIM, conforme justificativa abaixo. ☒ NÃO

Justificativa: A demanda é estritamente **sazonal e cíclica**, vinculada exclusivamente ao calendário eleitoral de 2026. A manutenção desses postos de trabalho nos anos não eleitorais (2027, por exemplo) representaria grave ofensa ao princípio da economicidade, gerando custos com mão de obra ociosa, visto que o volume de trabalho da SETRA reduz drasticamente fora do período crítico das eleições.

2.3. Regime de Execução

☒ Empreitada por preço global

☐ Empreitada por preço unitário

2.3.1 A empreitada por preço global se amolda a esta contratação, uma vez que contém um projeto completo, com quantitativos confiáveis, pequena margem de erro e orçamento estimativo preciso. Os pagamentos estão vinculados à conclusão de etapas previstas no cronograma de execução dos serviços, o que força o contratado a cumprir os prazos previamente definidos, pois nada recebe até que uma etapa esteja finalizada.

2.4 Adoção da sistemática do registro de preços:

2.4.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.

☐ Sim ☒ Não

2.5. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual

☐ SIM ☒ NÃO

Justificativa: A subcontratação não será admitida para a parcela principal do objeto, qual seja, a disponibilização de mão de obra (motoristas) em regime de dedicação exclusiva.

Essa vedação se justifica pela necessidade de manutenção do vínculo direto entre os terceirizados e a empresa contratada, garantindo a efetividade da fiscalização administrativa quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias (art. 121 da Lei nº 14.133/2021). A "quarteirização" da mão de obra dificultaria o controle e o monitoramento da regularidade fiscal, elevando o risco de responsabilização subsidiária da Administração.

2.6. Garantia de execução contratual

☒ SIM ☐ NÃO

a) Considerando o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com riscos de inadimplemento de obrigações trabalhistas e sociais e a possibilidade de responsabilização subsidiária da Administração, será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato e nas condições descritas nas cláusulas do termo de contrato, a fim de assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais assumidas.

b) O termo de contrato definirá as cláusulas de garantia de execução da contratação, de acordo com o modelo padronizado e disposições normativas.

2.7. Requisitos de capacitação

() SIM (X) NÃO () NÃO SE APLICA

a) Não se constata a necessidade de capacitação específica do gestor e dos fiscais do contrato para esta contratação, considerando a experiência do setor em gerir contratos de natureza similar.

2.8. Requisitos legais

O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e da outras providências;
- Decreto nº 8.538/2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte.
- Decreto nº 9.507/2018 - Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.
- Decreto 12.174, de 2024 - Dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022 - que dispõe sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços e obras, e sobre o Sistema de ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 - que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 - que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 26 de maio de 2017 (Atualizada) - que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022 - que dispõe sobre a política de governança das contratações na Justiça Eleitoral e dá outras providências.
- Resolução CNJ nº 255/2018 - Institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 - que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- Resolução CNJ nº 347/2020 - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.
- Portaria TRE/PA nº 23.082/2024 (Dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação).
- Portaria TRE/PA n. 22.282/2023 - Institui o Código de Ética para a área de contratações.

2.9. Requisitos temporais

2.9.1. **Início da execução do objeto:** o início da execução do serviço ocorrerá na data definida na ordem de serviço, sendo garantido um prazo mínimo de 4 dias corridos para a contratada apresentar os colaboradores no local de execução.

2.9.2. **Prazo de execução do Contrato:** O contrato terá o prazo de execução vinculado ao período eleitoral e à necessidade administrativa, iniciando a partir da apresentação dos colaboradores nas dependências do Tribunal e estimados em **5 (cinco) meses**, findando até 30/11/2026, **na hipótese de realização do 2º turno**. Não havendo 2º turno, findará antecipadamente, em 31/10/2026.

2.9.3. O prazo de vigência da contratação será **até 31/12/2026**, contado da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.10. Vistoria Técnica

() SIM () NÃO (X) NÃO SE APLICA

2.11. Critérios e práticas de sustentabilidade

2.11.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que for aplicável, os seguintes requisitos, que se baseiam na legislação ambiental, na Lei nº 12.305, de 2010, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no **Plano de Logística Sustentável do TRE/PA** e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União:

a) Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;

b) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da CF/1988;

c) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

d) Orientar seus funcionários a adotarem práticas de consumo consciente de recursos (energia, água, papel) e a realizarem a correta separação de resíduos para a coleta seletiva do Tribunal.

e) Orientar seus funcionários para que pratiquem a **direção defensiva e econômica**, visando a redução de consumo de combustível, como manutenção de velocidades constantes, acelerações suaves, planejamento de rotas eficientes e monitoramento de consumo, com apresentação de relatórios periódicos sobre o desempenho nesses aspectos (alinhados ao Decreto nº 7.746/2012 e ao PLS do TRE/PA);

f) reservar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de postos contratados para serem ocupados por mulheres, observando-se, sempre que possível, a paridade por função contratada, em cumprimento às diretrizes de equidade e participação feminina previstas na Resolução CNJ nº 255/2018 (com as alterações promovidas pela Resolução CNJ nº 540/2023), respeitadas as qualificações exigidas para as funções contratadas, contribuindo para os indicadores de gênero monitorados pelo CNJ e pelo PLS do TRE/PA.

2.11.2. Durante todo o processo de contratação deverão ser adotadas práticas que busquem equilíbrio entre sustentabilidade, economicidade e competitividade, além de uma avaliação de custos e benefícios com planejamento a longo prazo, subordinando a eficiência à eficácia.

2.11.3. A contratada deverá conhecer e fazer cumprir as normas de conduta previstas no código de ética e conduta do TRE/PA, bem como sobre a necessidade de observância da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação adotada no âmbito deste Tribunal.

2.12. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação.

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

As dimensões técnicas e financeiras da presente contratação são dissonantes à atuação de entidades empresariais reunidas em consórcio, porquanto não envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, razão pela qual não será admitida a participação de licitantes reunidas em consórcio.

2.13. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

a) Não será admitida a participação de sociedades cooperativas, haja vista a vedação contida no enunciado da Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União e no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.14. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

a) Não será permitida a participação de pessoas físicas, pois a presente contratação exige estrutura mínima da contratada, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física (art. 4º da IN SEGES /ME nº 116/2021).

2.15. Manifestação quanto à possibilidade de participação de egressos na execução do Contrato a ser firmado, conforme determina o Decreto Federal nº 9.450/2018 e a Resolução TRE/PA nº 5.434/2018

Com relação à participação de egressos do sistema carcerário na execução do contrato a ser firmado, em conformidade com a Resolução TRE/PA nº 5.434/2018 e o Decreto Federal nº 9.450/2018, é necessário ponderar a pertinência dessa abordagem no contexto específico do serviço em questão.

A justificativa para a impertinência da contratação de egressos para este serviço reside na possibilidade de deslocamento dos terceirizados para municípios do interior do Estado, destarte, a **participação de egressos do sistema penal** na execução do referido serviço, conforme determina o Decreto Federal nº 9.450/2018 e a Resolução TRE/PA nº 5.434/2018, tornar-se-ia inviável, uma vez que existe a possibilidade de apresentação desses profissionais perante o juízo onde tramitam seus processos

Portanto, a impertinência da contratação de egressos para este serviço específico não desconsidera o valor da reintegração, mas sim busca assegurar a eficiência, a qualidade e o cumprimento eficaz das atividades relacionadas ao contrato em questão.

2.16 Manifestação quanto à possibilidade de aplicação da Resolução CNJ 497/2023 e Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023

2.16.1. Verifica-se no art. 3º da citada Resolução que o objeto do programa é a reserva das vaga na prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Como o presente objeto se trata de um contrato por tempo determinado, não há permissivo legal para serviços não contínuos.

2.17. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.17.1. O valor estimado da contratação supera o limite de R\$ 80.000,00 estabelecido para a licitação de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. Ademais, não será aplicável a reserva de cota, por se tratar de objeto indivisível e cuja adjudicação por item se mostra técnica e economicamente inviável. Fica, contudo, assegurado o direito de preferência no desempate, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

2.18. Requisitos de qualificação técnica e econômica

(X) SIM () NÃO () NÃO SE APLICA

2.18.1. A definição de requisitos de qualificação técnica e econômica é indispensável para garantir a segurança da contratação, mitigando os riscos de selecionar um fornecedor sem a aptidão necessária para executar um serviço de natureza operacional crítica, como o apoio logístico de transporte durante as Eleições Gerais de 2026. As exigências serão detalhadas no Termo de Referência, com as seguintes justificativas:

2.18.2. Justificativa para a Qualificação Técnica da Empresa (Licitante):

I) Será exigido que a empresa licitante comprove aptidão prévia na prestação de serviços de terceirização de mão de obra (alocação de postos de trabalho) compatível com o objeto.

II) Fundamentação: A finalidade é aferir se a empresa possui **capacidade gerencial** para administrar um contrato de mão de obra exclusiva com a complexidade logística de um pleito eleitoral. Isso inclui comprovar que ela possui rotinas estabelecidas para recrutamento, seleção, contratação, gestão de folha de pagamento e, crucialmente, capacidade de **mobilização e substituição ágil** de profissionais (em caso de férias, faltas ou desempenho insatisfatório). A comprovação por atestados de capacidade técnica em serviços similares é a única forma de mitigar o risco de a empresa falhar na gestão administrativa do contrato, o que impactaria diretamente a mobilidade das zonas eleitorais. Especificamente, a exigência de comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano e a execução anterior de, no mínimo, 50% dos postos de trabalho a serem contratados (com arredondamento para 6 postos, considerando o total de 13) mostram-se proporcionais e necessárias. Tais parâmetros visam garantir que a licitante possua estrutura, expertise e capacidade compatíveis com a alta complexidade operacional e logística das Eleições Gerais de 2026, mitigando falhas na gestão de substituições urgentes em um serviço de dedicação exclusiva.

2.18.3. Justificativa para a Qualificação Técnica dos Profissionais (Terceirizados):

I) Serão exigidas qualificações mínimas de formação, habilitação legal e experiência para os profissionais que serão alocados nos postos.

II) Fundamentação: O Tribunal não está contratando apenas "postos", mas sim a execução segura de transporte de pessoas e cargas sensíveis (urnas e diversos materiais agregados relacionados). A alocação de profissionais sem a qualificação e a habilitação necessárias resultaria em risco à integridade física dos servidores e ao patrimônio público. Os requisitos mínimos justificam-se da seguinte forma:

a) Para o Motorista:

- **Exigência:** Ensino Fundamental completo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) vigente na categoria "B" (ou superior) e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses na função.
- **Justificativa:** A exigência de habilitação legal é requisito de validade para a condução de veículos (CTB). A experiência mínima de 6 meses é necessária para assegurar que o profissional já possua vivência prática no trânsito urbano e rodoviário, domínio de direção defensiva e maturidade profissional, mitigando o risco de acidentes e infrações, uma vez que o período eleitoral exige deslocamentos constantes e sob pressão de horário.

b) Para o Encarregado:

- **Exigência:** Ensino Médio completo e experiência profissional mínima de 6 (seis) meses em atividades de liderança de equipe, gestão de frota ou apoio administrativo/logístico.
- **Justificativa:** A função exige capacidade de organização, controle de escalas, preenchimento de relatórios e interlocução com os fiscais do contrato. A escolaridade de nível médio e a experiência prévia garantem que o profissional tenha o domínio da leitura, escrita e noções administrativas necessárias para gerir as ocorrências da equipe de motoristas e atuar como preposto da empresa.

2.18.4. Justificativa para a Qualificação Econômico-Financeira:

I) Será exigida a comprovação de boa situação financeira da licitante, por meio dos índices contábeis usuais (Liquidez, Solvência) e Capital Circulante Líquido (CCL).

II) **Fundamentação:** Trata-se de medida indispensável para mitigar o risco de a empresa não possuir saúde financeira para arcar com suas obrigações, em especial a folha de pagamento dos postos de trabalho (salários e encargos). Isso visa proteger a Administração de uma eventual interrupção dos serviços por greves ou abandono, bem como da responsabilização subsidiária por débitos trabalhistas (Súmula 331 do TST). A exigência cumulativa de declaração de compromissos assumidos, índices de liquidez superiores a 1, patrimônio líquido mínimo de até 10% e Capital Circulante Líquido (CCL) em percentual suficiente para assegurar até 2 meses de execução sem pagamento pela Administração, justifica-se tecnicamente pelo fluxo de desembolsos projetado. **Considerando a duração aproximada de 5 meses, a cobertura linear de dois meses corresponderia a 40%**, percentual este defensável, por se tratar de um contrato com execução concentrada e de alta criticidade em apenas 5 meses, garantindo que a contratada detenha robusta capacidade de mobilização financeira inicial para arcar integralmente com salários, encargos, benefícios, diárias e horas extraordinárias, mitigando qualquer risco de paralisação dos serviços durante o pleito.

Esse percentual de 40% não acarreta em restrição relevante à competitividade, visto que a licitante vencedora deverá comprovar que possui um capital de giro de R\$ 413.083,32, valor que não é considerado alto para as empresas que atuam nesse ramo. Tal requisito serve como barreira contra a contratação de empresas aventureiras que não possuem lastro financeiro para cobrir as despesas trabalhistas iniciais.

A necessidade desse lastro justifica-se pelo fato de a Administração não realizar pagamentos antecipados, operando sob a lógica de que o Tribunal somente efetua o desembolso após a contratada comprovar o adimplemento mensal de suas obrigações perante os trabalhadores. Essa dinâmica operacional impõe à empresa a obrigatoriedade de financiar integralmente a execução dos serviços no primeiro mês, incluindo salários, encargos e benefícios, antes de qualquer contraprestação financeira por parte do órgão. Nesse sentido, a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) atua como uma garantia de que a licitante possui liquidez imediata para suportar esse descompasso entre o desembolso com pessoal e o efetivo recebimento da fatura, mitigando riscos de insolvência que poderiam comprometer a continuidade do serviço público. Além disso, tal requisito fundamenta-se na busca por empresas com solidez financeira comprovada, evitando a contratação de entidades sem capacidade de giro que dependam exclusivamente do pagamento mensal para honrar compromissos básicos, o que poderia resultar em atrasos salariais e consequente responsabilização subsidiária do Tribunal.

Ressalte-se que a definição do percentual relativo ao Capital Circulante Líquido (CCL) tem sido alvo de exame minucioso pela Assessoria Jurídica da Direção-Geral. Tal cautela decorre de intercorrências verificadas na execução de contratos de mão de obra, nos quais o descumprimento de obrigações trabalhistas pelas contratadas gerou prejuízos à Administração e riscos de responsabilização judicial. Diante desse cenário, o risco foi devidamente mapeado e sua mitigação fundamenta-se na presente exigência, associada a outros mecanismos de controle, como a utilização de conta vinculada, a prestação de garantia contratual e a realização de pagamentos à contratada condicionados ao adimplemento perante seus colaboradores.

2.19. Da adoção da Conta-Depósito Vinculada

2.19.1. A contratação adotará a sistemática da conta-depósito vinculada para a retenção mensal das provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e fundiários. A adoção desse mecanismo justifica-se por expressa determinação da Resolução CNJ nº 651/2025, da Instrução Normativa TRE-PA nº 4/2019 e do art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, dada a natureza de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. O instrumento é proporcional e fundamental para proteger os direitos dos trabalhadores, mitigar riscos de passivos trabalhistas subsidiários para a Administração e evitar interrupções operacionais no período crítico das eleições.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

3.1. Identificação das Soluções Disponíveis

Pela natureza das atividades a serem desempenhadas, e em consulta à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), identificou-se que a categoria profissional apta ao atendimento da demanda é a de **Motorista de Carro de Passeio (CBO 7823-05)**.

As atribuições desta categoria compreendem a condução e manobra de veículos para transporte de pessoas, cargas e valores, além da realização de verificações e manutenções básicas do veículo e o uso de equipamentos de navegação. O profissional deve atuar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente, valendo-se de capacidades comunicativas para o bom desempenho da função.

Com base no histórico de contratações do órgão (item 1.3) e em levantamento de mercado — incluindo consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) —, foram identificadas as seguintes soluções capazes de atender, em tese, à demanda:

- **Solução A:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de transporte completo, englobando o fornecimento de veículos, mão de obra (motoristas) e encarregado.
- **Solução B:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra dedicada (motoristas e encarregado), **sem** a disponibilização de veículos (utilizando-se a frota do próprio Tribunal ou locada em contrato apartado).
- **Solução C:** Contratação de serviço de agenciamento/intermediação de transporte terrestre (táxi ou transporte por aplicativo), sob demanda, gerido via plataforma web e aplicativo mobile.

3.2. Comparação das Soluções

A **Solução A** centraliza a gestão na contratada (veículo + motorista). Embora pareça vantajosa por reduzir a quantidade de contratos, a experiência administrativa demonstrou riscos operacionais relevantes. Observou-se, historicamente, dificuldade na gestão simultânea da manutenção da frota e da assiduidade dos motoristas. Falhas mecânicas nos veículos frequentemente resultavam na interrupção do serviço, dada a morosidade das empresas em realizar substituições, prejudicando a continuidade das atividades.

A **Solução B**, por sua vez, propõe a segregação dos objetos (mão de obra x veículos). Esta alternativa tem se mostrado a mais eficiente em termos de gestão e execução contratual. Ao desvincular o motorista do veículo, a Administração ganha flexibilidade: caso um veículo apresente defeito, o motorista pode assumir outro da frota disponível (própria ou locada), garantindo a continuidade do serviço. Este modelo atende plenamente às necessidades do Tribunal, especialmente no período eleitoral, cobrindo tanto a Região Metropolitana quanto deslocamentos para o interior.

Por fim, a **Solução C** (transporte por aplicativo) limita-se ao deslocamento ponto a ponto. Embora o Tribunal já utilize este modelo (Contrato nº 32/2020) com êxito para demandas administrativas rotineiras e trajetos curtos, ele se mostra insuficiente para a demanda eleitoral complexa, que exige motoristas à disposição por longos períodos, viagens intermunicipais, transporte de cargas sensíveis e segurança institucional, características não atendidas pelo modelo de agenciamento.

3.3. Escolha da Solução

Diante do comparativo acima, opta-se pela **Solução B**.

A contratação consistirá na prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando **13 (treze) postos de Motorista e 01 (um) posto de Encarregado**, com jornada de 44h semanais, conforme detalhamento técnico nos Capítulos 4 e 5 deste estudo.

Os serviços enquadram-se como **comuns**, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021). Portanto, a seleção será realizada mediante licitação na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, adotando-se o critério de julgamento por **menor preço**, o que garante ampla competitividade e economicidade.

- **Código CATSER:** 15008 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTA, CATEGORIA CNH "B".

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

4.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio administrativo e operacional, mediante dedicação exclusiva de mão de obra, compreendendo os postos de **Motorista e Encarregado**, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, na capital e no interior do Estado.

4.2. Quadro de profissionais e salários base O quadro abaixo demonstra os profissionais necessários à execução do objeto, com suas respectivas remunerações mínimas baseadas nas Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) da categoria vigente.

Postos de trabalho	Salário base mínimo de referência	CBO
Motorista	R\$ 2.119,00	7823-05
Encarregado	R\$ 2.518,19	4101-05

4.2.1 Na proposta de preços os valores dos salários devem ser no mínimo os vigentes à data do último dissídio, acordo ou convenção coletiva da categoria profissional, sendo a data-base para reajuste, aquele devidamente previsto nos instrumentos supracitados, salvo se menores que o salário mínimo nacional quando este prevalecerá.

Relação dos postos de serviço e quantitativos

4.3. O quadro abaixo demonstra o quantitativo de postos de trabalho para contratação imediata:

Postos de trabalho	Qtd. Postos
Motorista	13
Encarregado	01

4.4. Qualificação da Mão de Obra Para atender à demanda, a Contratada deverá dispor de profissionais que preencham os seguintes requisitos:

4.4.1. Possuir certificado de conclusão do ensino fundamental;

4.4.2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, categoria "B" ou superior, para os Motoristas.

4.4.3. Experiência profissional comprovada de no mínimo 06 (seis) meses na função.

4.5. Horário

4.5.1 Será de, no máximo, 44 horas semanais, conforme estabelece a Convenção Coletiva de Trabalho das categorias.

4.5.2 A prestação dos serviços ocorrerá, em regra, de segunda a sexta-feira, das 07h às 18h (com intervalo intrajornada).

4.5.3 Por ocasião do período eleitoral (agosto a outubro) poderão ser realizados serviços em horas suplementares, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e, eventualmente, em período noturno, desde que obedecido o limite de 02 (duas) horas nos dias úteis e 04 (quatro) horas aos sábados, domingos e feriados.

4.5.4 As horas suplementares serão pagas de acordo com planilha específica anexa a este termo, a qual demonstrará o valor da hora trabalhada conforme fórmula a seguir:

$VH = VM / 220$, no qual:

VH corresponde ao valor hora;

VM corresponde ao valor mensal apurado na planilha de custos e formação de preço; 220 é o divisor utilizado para cálculo do salário hora, considerando a carga horária de 08 (oito) horas diárias.

Demonstrativo de Serviço Extraordinário		
Posto de Serviço	%	Quantidade de horas mensais estimadas por posto
Motorista	50%	60
	100%	20

4.5.5 Quando da ocorrência de horas-extras durante a execução contratual, depois de esgotadas as possibilidades de compensação, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato. Para o cálculo das despesas efetivamente realizadas com horas-extras, e seus reflexos, deverá ser utilizada a mesma Planilha de Custos que a licitante vencedora apresentou em sua proposta, inserindo o número de horas extras no campo específico;

4.5.6 Somente serão pagas as horas extras previamente autorizadas pela Administração e efetivamente realizadas.

4.5.7 Quando da eventualidade de ocorrência de horas de trabalho noturno que exijam o pagamento do adicional noturno, e seus reflexos, durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato. Para o cálculo das despesas com adicional noturno, deverá ser utilizada a mesma Planilha de Custos que a licitante vencedora apresentou em sua proposta, inserindo o número de horas noturnas no campo específico.

Descrição dos cargos

4.6. Condutores:

- Dirigir e manobrar veículos;
- Transportar pessoas e pequenas cargas;
- Realizar verificações e manutenções básicas do veículo;
- Utilizar equipamentos e dispositivos especiais, tais como sinalização sonora e luminosa e software;
- CATEGORIA CNH “B”
- Zelar pela manutenção das condições ideais de uso e operacionais dos veículos sob sua responsabilidade, comunicando de imediato ao(a) encarregado(a) quaisquer situações que requeiram atuação da Fiscalização, tais como necessidade de limpeza, avarias, manutenções preventivas/corretivas.
- Fornecer os dados, preencher e assinar o formulário de INDICAÇÃO DE REAL CONDUTOR quando da ocorrência e confirmação de infrações de trânsito quando utilizando veículo sob sua responsabilidade.
- Assinar o Termo de Sigilo e Responsabilidade e a Declaração de Confidencialidade e Parentesco, conforme modelo constante dos Anexos V e VI do Termo de Referência

4.7. Encarregado:

- Coordenar, controlar e acompanhar a regular execução dos serviços pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, objetivando o bom andamento das atividades;
- Operar sistema próprio do TRE-PA, com acompanhamento da Fiscalização do contrato, onde são registradas solicitações de transporte, tanto para a capital, quanto para o interior do estado;
- Cuidar da disciplina;
- Controlar a pontualidade e a assiduidade dos empregados, providenciar as substituições necessárias e comunicar as ausências à Fiscalização do Contrato;
- Orientar aos condutores que se apresentem diariamente, de maneira asseada, no local de trabalho no horário exigido pela Fiscalização;
- Orientar os empregados alocados nos postos de trabalho para o uso obrigatório de crachá;
- Orientar aos condutores que conversem com os passageiros do veículo somente se solicitado ou, em

casos de extrema necessidade, respondendo-lhe(s) de forma objetiva e educada, principalmente em se tratando de autoridades;

h) Orientar que os condutores não se dirijam ao usuário para tratar de assuntos particulares ou não relacionados ao serviço de transporte;

i) Orientar aos condutores que mantenham absoluto sigilo sobre todas as informações que tiverem conhecimento em razão das funções exercidas junto à Contratante, conforme o Termo de Sigilo e Responsabilidade e a Declaração de Confidencialidade e Parentesco, conforme modelo constante dos Anexos I e II deste Termo de Referência;

j) Orientar os empregados alocados nos postos de trabalho sobre a necessidade de verificação preliminar quanto às condições ideais de funcionamento dos veículos sob sua responsabilidade, antes do início da prestação diária de serviços, assim como da importância de zelo para com aqueles bens postos à disposição da Administração;

l) Confeccionar e gerenciar registro das necessidades de manutenções preventivas/corretivas informadas pelos condutores e repassar à Fiscalização para tomada para providências;

m) Compete ao(a) Encarregado(a), sem prejuízo de outras atividades inerentes ao serviço contratado, coordenar os motoristas contratados de forma a evitar atrito ou confronto, de qualquer natureza, com autoridades, servidores ou visitantes, buscando em caso de dúvida, esclarecimentos e orientações junto à Fiscalização contratual.

n) Verificar e comprovar, em análise aos registros físicos ou digitais, a identidade do autor de infrações de trânsito, acompanhar o preenchimento e assinatura do formulário de INDICAÇÃO DE REAL CONDUTOR, e repassar tais informações à Fiscalização do Contrato, para posterior notificação para pagamento, pela Contratada.

o) Confeccionar e gerenciar registro acerca de infrações de trânsito e os condutores responsáveis pelas mesmas, e repassar tais informações à Fiscalização do Contrato, para posterior notificação para pagamento, pela Contratada.;

p) Exercer a supervisão e controle do pessoal, inclusive, quanto ao cumprimento das atividades diárias, jornada de trabalho, utilização do crachá e uniforme, respondendo por todos os atos e fatos gerados ou provocados por seu pessoal, ficando claramente definido que os prestadores de serviço disponibilizados para execução do contrato estarão subordinados hierarquicamente a este profissional;

q) Registrar em planilha a concessão de folgas e realização de serviço extraordinário, tanto sua quanto dos demais empregados da Contratada, e submeter tais registros à Fiscalização, para conhecimento e providências;

r) Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela fiscalização do contrato.

s) Assinar o Termo de Sigilo e Responsabilidade e a Declaração de Confidencialidade e Parentesco, conforme modelo constante dos Anexos V e VI do Termo de Referência

4.8. Procedimento para pagamento de diárias.

4.8.1. Eventualmente, haverá necessidade de **deslocamento dos motoristas em veículos a serviço do Tribunal** para localidades de abrangência de **Zonas Eleitorais fora da área metropolitana de Belém**, o que implica no pagamento pela contratada de **diárias** para cobertura de despesas com alimentação e hospedagem.

4.8.2. Para os Motoristas, no caso de deslocamento para fora da região metropolitana de Belém, e para indenizar suas despesas com pernoite, alimentação e locomoção urbana, será paga **diária** no valor de **R\$ 277,06** (valor do contrato ordinário vigente de motoristas), resultando em valor **líquido de R\$ 254,11**, após os descontos legais e o abatimento do auxílio-alimentação, em alinhamento atualizado com a planilha de formação de preços.

4.8.2.1. A adoção de valores idênticos ao do contrato ordinário vigente para os postos de motoristas desta contratação temporária (5 meses) ampara-se legalmente no art. 23, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 5º, inciso II, da IN SEGES/ME nº 65/2021, que validam a utilização de

contratações similares do próprio órgão como parâmetro referencial de preços.

4.8.2.2. A manutenção deste patamar, conquanto possa apresentar defasagem frente a novos contratos com mão de obra e que possuam a referida rubrica, justifica-se tecnicamente pela necessidade de preservação do princípio da isonomia material e do clima organizacional. A introdução de assimetria remuneratória para o exercício de idênticas atribuições, na mesma estrutura laboral, geraria severo risco de conflitos interpessoais, desmotivação e potencial paralisação da força de trabalho.

4.8.2.3. Considerando a exiguidade temporal da contratação e a criticidade do período para a logística do Tribunal, a simetria de valores das diárias atua como medida preventiva de mitigação de riscos operacionais, em estrita observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa.

4.8.3. O valor ofertado na Planilha de Custos deverá ser líquido, ou seja, já descontado o valor do vale-refeição fornecido e do vale-transporte. A Administração não procederá a nenhum desconto do valor da diária ofertado na licitação a título de vale-refeição fornecido e de vale-transporte.

4.8.4. A diária será paga por dia de afastamento, com antecedência mínima de 1 dia antes de cada deslocamento, no caso de viagens em que, a critério da Administração, **haja necessidade de pernoite do motorista fora da área metropolitana de Belém**, sendo seu valor pago pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite.

4.8.5. A Contratante comunicará formalmente à empresa Contratada a realização de viagem a serviço, com antecedência mínima de 72 horas (quando possível), para efeito de adiantamento das diárias ao motorista destacado para a viagem e futuro reembolso à Contratada.

4.8.6. Quando o motorista estiver viajando a serviço e por consequência recebendo diárias, não fará jus a horas-extras e adicional noturno, salvo em caso de efetiva comprovação de serviços noturnos prestados.

4.8.7. Quando de ocorrência de diárias durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de Nota Fiscal específica, ou, desde que discriminado, na Nota Fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato. Para o cálculo discriminado das despesas efetivamente realizadas com diárias, deverá ser utilizada a mesma Planilha de Custos que a licitante vencedora apresentou em sua proposta, inserindo o valor e o número de diárias no campo específico.

4.8.8. Somente serão pagas as diárias previamente autorizadas pela Administração e efetivamente realizadas.

4.8.9. A forma de cálculo adotada tem como justificativa a de que “diárias” é um insumo como qualquer outro, e que deve estar inserido na Planilha de Custos da licitante.

4.8.10. O simples ressarcimento do valor das diárias traria prejuízos à Contratada, na medida que incorre em custos com tributos, despesas administrativas e remuneração quando presta um serviço e emite Nota Fiscal.

4.8.11. O quantitativo mensal será o produto do número de unidades de serviço (condutores) multiplicado por **20 (vinte)** diárias.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO	Quantitativo estimada de diárias ao mês por condutor
05 meses	20

4.8.12. Do ressarcimento de passagens: o deslocamento do condutor para outro município por meio de transporte aéreo/marítimo/fluvial para desenvolvimento de atividades profissionais cuja Contratante dê causa será custeado pela Contratada, garantido a esta o ressarcimento em mesma nota/fatura de diárias de seus condutores desde que apresente comprovante de pagamento da respectiva passagem.

4.9. Recursos Materiais E Humanos

4.9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá Fornecer, no prazo de 05 (cinco) dias corridos antes do início da execução do contrato, uniformes para os seus empregados, nas quantidades descritas no ANEXO II deste TR, promovendo sua substituição quando necessário.

- 4.9.1.1. Não repassar aos seus empregados os custos do uniforme.
- 4.9.1.2. Se houver motorista do sexo feminino, o uniforme deverá seguir os padrões descritos no ANEXO II deste TR, com as adaptações necessárias.
- 4.9.1.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
- 4.9.1.4. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário: Crachá, Calça Social, Camisa Social, Gravata, Cinto, Meia social e Sapato social em couro.
- 4.9.1.5. Os uniformes indicados acima serão utilizados tanto pelos motoristas quanto pelo encarregado.
- 4.9.1.6. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:
- 4.9.1.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.10. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21)

4.10.1. O serviço que se pretende contratar é usual no mercado e as planilhas que compõem os custos da contratação são baseadas em modelos instituídos pela IN MPOG 05/2017, já consagrados e padronizados no mercado de compras públicas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. O período eleitoral impõe um aumento exponencial nas atividades dos Cartórios Eleitorais e das unidades administrativas da Sede, exigindo reforço na capacidade logística para garantir o cumprimento do calendário das Eleições 2026.

5.2. A demanda abrange **todo o estado do Pará (Sede, zonas de Belém e do interior do Estado)**.

5.3. Na eleição de 2024 (0010051-30.2023.6.14.8000), houve a contratação de 10 motoristas e 1 encarregado de forma temporária para aquele pleito.

5.4. No entanto, considerando o volume de deslocamentos e a necessidade de atendimento simultâneo a múltiplas zonas e à Comissão de Propaganda, estima-se a necessidade de incremento no cargo de motoristas, passando para **13 (treze) postos de Motorista, mantendo-se 01 (um) posto de Encarregado**.

5.5. Justifica-se o incremento considerando a diminuição de 3 postos de motoristas no contrato regular deste Tribunal (contrato nº 07/2023 1818252 - TA do evento 0002640616), o extenso e comprovado volume de deslocamentos necessários para atender às demandas operacionais, bem como a imperativa necessidade de garantir o atendimento simultâneo e eficiente a múltiplas zonas eleitorais e, adicionalmente, à importante Comissão de Propaganda Eleitoral, **estima-se, após análise detalhada e projeção de necessidades logísticas**, a imprescindível necessidade de contratação de **13 (treze) postos de Motorista**.

5.6. Essa quantidade foi estabelecida para assegurar a cobertura plena de todas as rotas e horários críticos, abrangendo o transporte de pessoal, material e urnas, e para manter a agilidade requerida durante o período eleitoral de alta demanda.

5.7. Adicionalmente, para garantir a máxima eficiência na gestão desses recursos humanos e otimizar a distribuição dos serviços, é fundamental a contratação de **01 (um) posto de Encarregado**. Este profissional terá a responsabilidade crucial de **organizar, monitorar e ajustar dinamicamente as escalas de serviço de todos os condutores**. Sua função incluirá a gestão de folgas, a alocação de veículos conforme a urgência e a prioridade das missões, e a coordenação geral para evitar gargalos logísticos.

5.8. Portanto, a contratação de **13 (treze) Motoristas e 01 (um) Encarregado de Transporte** configura o

quantitativo mínimo e suficiente para atender com presteza e segurança a toda a demanda logística demonstrada, garantindo o suporte necessário ao bom andamento dos trabalhos eleitorais e das atividades da Comissão de Propaganda.

5.9. O prazo da contratação será de **5 (cinco) meses** (julho a novembro/2026), período necessário para cobrir todas as etapas, desde o planejamento inicial e vistorias até o encerramento do pleito e recolhimento de materiais.

5.10. Ressalta-se que a quantidade acima discriminada é estimativa, baseada no histórico e projeção de demanda, podendo a execução ser ajustada conforme a disponibilidade orçamentária e as diretrizes da Administração Superior.

5.11. Para o cargo de motorista, reservar, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) do total de postos contratados para serem ocupados por mulheres, observando-se, sempre que possível, a paridade por função contratada, em cumprimento às diretrizes de equidade e participação feminina previstas na Resolução CNJ nº 255/2018 (com as alterações promovidas pela Resolução CNJ nº 540/2023), respeitadas as qualificações exigidas para as funções contratadas.**

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. Estima-se o valor da contratação em: **R\$ 1.032.708,30 (um milhão, trinta e dois mil, setecentos e oito reais e trinta centavos)** baseado nas CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO constantes dos eventos 2846317, 2846324, 3018704 e 3018712, e na pesquisa de preços realizada pela unidade técnica, o que resultou na seguinte memória de cálculo.

QUADRO RESUMO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA							
LOTE ÚNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO	PARCELAS	SUBITEM	QTDE	VALOR UNITÁRIO POR POSTO (R\$)	PRAZO DE EXECUÇÃO (MESES)	TOTAL (R\$)
1	Prestação de serviços de condução de veículos automotores de pequeno porte	Fixa	1.1. Mão de Obra	13 postos	R\$ 5.762,81	5	R\$ 374.582,65
		Variável	1.2. Serviço extraordinário (50%)	60 horas-extras por Posto	R\$ 1.633,20	5	R\$ 106.158,00
			1.3. Serviço extraordinário (100%)	20 horas-extras por Posto	R\$ 725,60	5	R\$ 47.164,00
			1.4. Vale transporte (em função do serviço extraordinário - sábados, domingos ou feriados)	8 VT/mês	R\$ 48,06	5	R\$ 3.123,90

	porte		1.5. Vale alimentação/refeição (em função do serviço extraordinário - sábados, domingos ou feriados)	4 VA/mês	R\$ 129,47	5	R\$ 8.415,55
			1.6. DIÁRIAS	20/mês	R\$ 6.845,40	5	R\$ 444.951,00
VALOR TOTAL DO ITEM 1							R\$ 984.395,10
2	Serviço de Apoio Administrativo - Encarregado	Fixa	2.1. Mão de Obra	1 posto	R\$ 6.676,01	5	R\$ 33.380,05
		Variável	2.2. Serviço extraordinário (50%)	60 horas-extras por Posto	R\$ 1.940,40	5	R\$ 9.702,00
			2.3. Serviço extraordinário (100%)	20 horas-extras por Posto	R\$ 862,40	5	R\$ 4.312,00
			2.4. Vale transporte (em função do serviço extraordinário - sábados, domingos ou feriados)	8 VT/mês	R\$ 48,06	5	R\$ 240,30
			2.5. Vale alimentação/refeição (em função do serviço extraordinário - sábados, domingos ou feriados)	4 VA/mês	R\$ 135,77	5	R\$ 678,85
			VALOR TOTAL DO ITEM 2				
VALOR GLOBAL DO GRUPO ÚNICO							R\$ 1.032.708,30

6.2 - Custos estimados com uniformes, já inseridos na parcela mão de obra, estão assim constituídos:

UNIFORME					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade para o período do contrato	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Crachá	Unidade	1	R\$ 5,73	R\$ 5,73
2	Calça social	Unidade	2	R\$ 85,30	R\$ 170,60

3	Camisa Social de manga longa cinza/cinza escuro	Unidade	2	R\$ 77,25	R\$ 154,50
4	Gravata	Unidade	2	R\$ 42,03	R\$ 84,06
5	Cinto	Unidade	2	R\$ 43,59	R\$ 87,18
6	Meia social	Par	2	R\$ 7,83	R\$ 15,66
7	Sapato Social em couro	Par	2	R\$ 95,31	R\$ 190,62
Custo Total por posto					R\$ 708,35
Custo mensal por FUNCIONÁRIO					R\$ 59,03

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. A presente contratação será realizada em **Grupo Único**.

7.2. Embora o objeto (postos de trabalho) seja divisível por natureza, a adoção do parcelamento (divisão em vários grupos/empresas) traria prejuízos técnicos e administrativos à execução, conforme justificativas abaixo:

- **Gestão Unificada e Hierarquia:** A equipe de motoristas atuará sob a coordenação direta de um Encarregado. A fragmentação do objeto em múltiplas empresas dificultaria essa gestão, criando conflitos de hierarquia, padrões de uniforme e procedimentos de substituição distintos para trabalhadores que desempenham a mesma função no mesmo local.
- **Economicidade de Escala:** A reunião de todos os postos (13 motoristas + 1 encarregado) em um único contrato torna a proposta mais atrativa para o mercado, diluindo os custos administrativos indiretos e taxas de administração da contratada, o que tende a resultar em preços unitários menores para a Administração.
- **Segurança Institucional:** Tratando-se de apoio a eleições, a padronização dos procedimentos de segurança e a facilidade de interlocução com uma única empresa (e seu preposto) são vitais para a agilidade na resposta a incidentes ou substituições urgentes de funcionários faltosos.

7.3. Portanto, conclui-se que o parcelamento não representa a solução mais vantajosa para a Administração, optando-se pelo **Grupo Único** para assegurar a padronização e a eficiência administrativa (Súmula 247 do TCU).

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A presente contratação guarda relação de interdependência com o item 1 do processo de contratação constante no processo SEI 0008917-94.2025.6.14.8000 (locação de veículos). A efetividade dos serviços de motorista está condicionada ao recebimento dos veículos locados.

8.2. Não obstante, tratam-se de processos administrativos distintos, não havendo impedimento para o prosseguimento deste certame, desde que a gestão garanta a disponibilidade dos veículos no momento da execução.

9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (obrigatório)

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º

do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. Alinhamento com o Planejamento Estratégico: A contratação alinha-se à Cadeia de Valor do TRE-PA, especificamente no suporte logístico necessário à garantia da "Celeridade e Qualidade na Prestação Jurisdicional e Administrativa". O transporte eficiente é meio indispensável para a logística de distribuição de urnas, materiais e pessoal durante o pleito.

9.2. A contratação está prevista no Plano de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) Portaria: PORTARIA Nº 24352/2025 (SEI 0001463-63.2025.6.14.8000);

II) Anexo: ANEXO I (2835056);

III) Itens: 170.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. A equipe de planejamento pretende alcançar benefícios diretos e indiretos que o órgão almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, bem como, se for o caso, de melhoria da qualidade de produtos ou serviços oferecidos à sociedade.

10.2. Resultados pretendidos

- **Economicidade:**

- Redução dos custos com a contratação e treinamento de funcionários;
- Redução dos custos com a gestão dos serviços.

- **Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:**

- Liberação de recursos humanos para outras atividades;
- Melhora da eficiência dos processos.

10.2.1. A contratação de uma empresa especializada em serviços de motoristas e encarregado oferece uma série de vantagens em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

10.2.2. Com a contratação de uma empresa especializada, a organização deixa de ser responsável pela contratação, treinamento, aquisição e manutenção de equipamentos e insumos, e pela gestão dos serviços. Isso significa uma redução dos custos com pessoal, equipamentos e insumos, e com a gestão dos serviços.

10.2.3. Além disso, a contratação de uma empresa especializada permite que a organização libere recursos humanos para outras atividades, o que pode resultar em uma melhor eficiência dos processos.

10.3. Considerações sobre o Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

IMR será adotado? () SIM (X) NÃO

10.3.1. A implementação do IMR encontra-se condicionada a existência de bases compreensíveis, objetivas e comprováveis para que seja medido o nível de serviço esperado, visando à aferição da qualidade da prestação do serviço e adequando as mesmas com o pagamento.

10.3.2. A natureza dos serviços é de apoio logístico instrumental (meio), caracterizada pela **disponibilidade** da mão de obra para atendimento das demandas variáveis e imprevisíveis do período eleitoral.

10.3.3. A aferição de resultados por métricas complexas de desempenho não se mostra adequada, sendo a qualidade do serviço assegurada pela fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais (assiduidade, pontualidade e urbanidade), cujos descumprimentos já ensejam a aplicação das sanções

administrativas e glosas previstas no Termo de Referência, dispensando-se a criação de um IMR específico que burocratizaria a gestão de um contrato de curto prazo.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Não há necessidade de adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos ou de capacitação de servidores que atuarão na contratação.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. Não se verifica impactos ambientais decorrentes da contratação que precisem de medidas mitigadoras.

12.2. Os critérios socioambientais gerais foram devidamente incluída no item 2.11 deste ETP.

13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

☒ Pregão Eletrônico Tradicional

☐ Pregão Eletrônico - SRP

☐ Adesão a Ata de Registro de Preços*

☐ IRP (Intenção de Registro de Preços)

☐ Contratação Direta - **Inexigibilidade de Licitação** (Art. 74 e incisos da Lei 14.133/2021)

☐ Contratação Direta - **Dispensa de Licitação** (Art. 75 e incisos da Lei 14.133/2021)

14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **CHARLES ALEX DOS SANTOS BATISTA**, **Chefe de Núcleo**, em 12/06/2026, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **WLADSON VINICIUS LOUREIRO DOS SANTOS**, **Chefe de Seção**, em 12/06/2026, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3044243** e o código CRC **3E393306**.

0008683-15.2025.6.14.8000

3044243v5